

# CÂMARA MUNICIPAL DE OLEIROS

## AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

### AJUSTE DIRETO

### CADERNO DE ENCARGOS

#### **“Elaboração de Estudos Hidrológicos e Hidráulicos”**

**Procedimento n.º:** F-07/2025

**Valor Base:** € 11.200,00 (S/IVA);

**Prazo:** 30 dias;

**CPV:** 71000000-8 Serviços de arquitetura, construção, engenharia e inspeção

*Ajuste Direto, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 16.º  
do CCP - Código dos Contratos Públicos*



## PARTE I

### Capítulo I

#### Disposições Gerais

##### Cláusula 1ª Objeto do Contrato

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto a **Elaboração de Estudos Hidrológicos e Hidráulicos** de acordo com as cláusulas previstas no presente Caderno de Encargos.

##### Cláusula 2ª Contrato

- 1 - O contrato é composto pelo presente clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar.
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos.
  - c) O presente Caderno de Encargos e anexos.
  - d) A proposta adjudicada.
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Fornecedor.
- 3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o art.º 99º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no art.º 101º do mesmo diploma.
- 5- Além dos documentos indicados no n.º 2, o Adjudicatário obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.
- 6- Persistindo dúvidas, aplicar-se-á o Código dos Contratos Públicos e demais legislação portuguesa aplicável.

##### Cláusula 3ª Prazos

A prestação do serviço terá início na data da assinatura do contrato e vigorará por 30 dias, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar durante e para além da cessação do contrato,

#### **Cláusula 4ª Preço base e Preço Contratual**

1. O preço máximo que o Município de Oleiros se dispõe a pagar pela presente aquisição de serviços, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, é de **€ 11.200,00 (Onze Mil e Duzentos Euros)**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor.
2. Os preços unitários estão fixados na secção II - Cláusulas Técnicas e Funcionais do presente Caderno de Encargos. (Se aplicável).
3. O preço previsto no n.º 1 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Contraente Público no presente Caderno de Encargos, incluindo despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
4. O Município de Oleiros obriga-se a pagar ao Prestador de Serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de acordo com as notas de encomenda (ou outro documento equivalente).

#### **Cláusula 5ª Condições de pagamento e faturação**

1. A emissão das faturas pelo prestador do serviço deverá ser feita após prestação do serviço e será paga por transferência bancária da seguinte forma: 25 % do valor após adjudicação e 75% do valor após a entrega da fatura final;
2. As quantias devidas pelo Contraente Público devem ser pagas no prazo máximo 30 dias, após a receção da devida fatura devendo na mesma constar o máximo dos seguintes elementos: a referência do contrato, o número de compromisso.
3. Em caso de discordância por parte do Contraente Público quanto aos valores ou quantidades indicadas nas faturas, deve este comunicar ao Prestador do Serviço, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando aquele obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à retificação da fatura.
4. A emissão de segundas vias das faturas solicitadas pelo Contraente Público não será objeto de qualquer cobrança adicional.
5. O atraso em um ou mais pagamentos não determina o vencimento das restantes obrigações de pagamento.
6. Sem prejuízo da aplicação de outras penalidades ou sanções previstas no presente Caderno de Encargos ou determinadas por lei, o cumprimento defeituoso da prestação de serviços terá um efeito suspensivo sobre a faturação e sobre o pagamento até à total regularização da situação.
7. As faturas devem ser emitidas em nome do Município de Oleiros, NIF: 506 824 152, sito na Praça do Município, 6160-409 Oleiros, com referência aos documentos que lhes deram origem.

## Capítulo II

### Obrigações das partes

#### Cláusula 6ª Obrigações gerais do Prestador de Serviços

1. Nos termos do contrato a celebrar, o fornecedor obriga-se, durante o período da sua execução, à realização de todas as operações necessárias ao integral cumprimento do objeto do contrato.
2. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Prestador de Serviço as seguintes obrigações principais:
  - a) Disponibilizar o espaço, identificado na proposta por si apresentada, em perfeitas condições e para os fins a que se destinam, dentro dos prazos definidos no presente Caderno de Encargos e conforme as condições aí estipuladas, bem como nos demais documentos contratuais;
  - b) Assegurar o cumprimento dos requisitos técnicos, funcionais, ambientais e níveis de serviço, tal como previstos no presente Caderno de Encargos e na legislação aplicável;
  - c) Garantir os serviços prestados, de acordo com as condições definidas no presente Caderno de Encargos e demais documentos contratuais e disposições legais em vigor.
  - d) Recorrer a todos os meios humanos, materiais, técnicos e criativos que sejam necessários à execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à correta e completa execução das tarefas a seu cargo;
  - e) Comunicar ao Contraente Público, logo que tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do contrato, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado;
  - f) Não alterar as condições da prestação dos serviços fora dos casos previstos no presente Caderno de Encargos;
  - g) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que é feita a locação, bem como conceder todos os esclarecimentos solicitados pelo Contraente Público.
  - h) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, patentes, registos e licenças necessários ao pontual cumprimento das obrigações assumidas;
  - i) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do Contrato relacionado com a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica, a sua situação comercial e outras, com relevância para o fornecimento;
3. Na execução da presente aquisição de serviços o Prestador de Serviço fica obrigado a prestar todos os esclarecimentos que o Gestor de Contrato considere necessários, nos termos e para os efeitos dos artigos 289.º e 290.º e 290.ºA do CCP, e no prazo que este venha a fixar.

### **Cláusula 7ª Dever de Sigilo**

- 1 - O Prestador de Serviço obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Contraente Público, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos.
- 2 – O Prestador de Serviço obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
- 3 - A informação e documentação e documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 4 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Prestador de Serviço ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força de lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
- 5- O Prestador de Serviço obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que o Contraente Público lhe indique para esse efeito.

### **Clausula 8ª Obrigações do Contraente Público**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, o Contraente Público obriga-se a fiscalizar a execução do objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, a diligência e o zelo.
2. Constituem ainda obrigações do Contraente Público:
  - a) Nomear um responsável pela gestão do contrato para efeitos de comunicações com o Prestador de Serviço, e comunicar quaisquer alterações dessa nomeação;
  - b) Monitorizar e supervisionar a aplicação das condições e termos contratuais;
  - c) Monitorizar a qualidade dos bens entregues;
  - d) Comunicar, em tempo útil, os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do contrato;
  - e) Disponibilizar o acesso às instalações para a entrega dos produtos fornecidos;
  - f) Efetuar o pagamento contratualmente devido dentro dos prazos fixados.

## **CAPITULO III**

### **Vicissitudes Contratuais**

### **Cláusula 9.ª Sanções contratuais**

1. Pelo incumprimento ou cumprimento defeituoso de obrigações emergentes do Contrato, e por causa imputável ao Prestador do Serviço, o Município de Oleiros pode exigir ao adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento dos prazos previstos no contrato, até 10% do preço contratual;

2. O valor acumulado das sanções contratuais a aplicar não poderá exceder o limite máximo de 20% do preço contratual. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e o Contraente Público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.

3. Em caso de resolução do contrato, por incumprimento do fornecimento, o Contraente Público, pode exigir-lhe uma sanção contratual de até aos limites indicados no número anterior.

4. O Contraente Público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula.

5. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º2 do artigo 308.º do CCP.

6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Contraente Público exija uma indemnização nos termos gerais, nomeadamente pelos prejuízos decorrentes da adoção de novo procedimento de formação do contrato ou danos excedentes.

### **Cláusula 10.ª Resolução do contrato pelo Contraente Público**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Contraente Público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Prestador de Serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente no caso de atraso, total ou parcial, superior a 30 dias na aquisição dos serviços objeto do contrato ou o Prestador de Serviços declarar por escrito que o atraso na prestação excederá esse prazo.

2. O contrato pode também ser resolvido pelo Contraente Público caso se verifique alguma das seguintes situações, as quais são desde já entendidas como situações de incumprimento grave e culposo por parte do Prestador de Serviços:

a) Quando se verificar reiterada inobservância das disposições do contrato ou má-fé do Prestador de Serviços;

b) Prestação de falsas declarações;

c) Estado de falência ou insolvência;

d) Cessaçãõ da atividade;

e) Condenaçãõ, por sentençã transitada em julgado, por infraçãõ que afete a idoneidade profissional do Prestador de Serviços e desde que não tenha ocorrido reabilitaçãõ judicial.

3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaraçãõ escrita enviada ao Prestador de Serviços e implica a repetiçãõ das prestaçãões já realizadas pelo mesmo



nos termos previstos no presente Caderno de Encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pelo Contraente Público.

### **Cláusula 11.ª Casos de Força Maior**

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao Prestador de Serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.

2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:

- a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
- b) Sejam alheias à sua vontade;
- c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato;
- d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.

3. Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Prestador de Serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Prestador de Serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Prestador de Serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Prestador de Serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Prestador de Serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Prestador de Serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.

5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Prestador de Serviços das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (trinta) dias, autoriza o Contraente

Público a resolver o contrato ao abrigo do n.º 1 do artigo 335.º do CCP, não tendo o Prestador de Serviços direito a qualquer indemnização.

#### **Cláusula 12.ª Resolução do Contrato por parte do Prestador de Serviços**

1. O Prestador de Serviços pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do CCP.
2. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Prestador de Serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

### **CAPÍTULO V**

#### **Disposições Finais**

#### **Cláusula 13.ª Deveres de Informação**

Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações, de acordo com a boa-fé.

#### **Cláusula 14.ª Direitos de propriedade intelectual**

1. Correm integralmente por conta do Prestador de Serviços os encargos ou a responsabilidade civil decorrentes da incorporação em qualquer dos serviços objeto do contrato, ou da utilização nesses mesmos serviços, de materiais, de hardware, de software ou de outros que respeitem a quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos.
2. Se o Contraente Público vier a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato ou na posterior utilização dos serviços objeto do mesmo, qualquer dos direitos referidos no número anterior, terá direito de regresso contra o Prestador de Serviços por quaisquer quantias pagas, seja a que título for.
3. São da responsabilidade do Prestador de Serviços quaisquer encargos decorrentes da utilização, na execução do contrato, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
4. Os encargos e a responsabilidade civil perante terceiros decorrentes dos factos mencionados nos n.ºs 1 e 2 não correm por conta do Prestador de Serviços se este demonstrar que os mesmos são imputáveis ao Contraente Público ou a terceiros que não sejam seus subcontratados.

#### **Cláusula 15.ª Comunicações e notificações**



1. Quaisquer comunicações ou notificações entre o Contraente Público e o Prestador de Serviços relativos ao contrato, seguem o regime previsto no artigo 469.º do CCP, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

#### **Cláusula 16.ª Contagem dos prazos na fase de execução do contrato**

À contagem de prazos na fase de execução do contrato, e salvo disposição expressa em contrário, são aplicáveis as seguintes regras:

- a) Os prazos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados;
- b) O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 (vinte e quatro) horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data, se no último mês não existir dia correspondente, o prazo findo no último dia desse mês;
- c) O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço, perante o qual deva ser praticado o ato, não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.

#### **Cláusula 17.ª Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal de Oleiros, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **Cláusula 18.ª Legislação aplicável**

- 1. O contrato é regulado pela legislação portuguesa.
- 2. Sem prejuízo de outras leis e regulamentos especialmente aplicáveis, a tudo o que não esteja expressamente previsto ou regulado no presente Caderno de Encargos e nas demais regulamentações do procedimento pré-contratual e do contrato aplica-se o regime previsto no CCP, na sua atual redação e demais legislação aplicável.

## **PARTE II**

#### **Cláusula 19.ª Especificações Técnicas**

Com este procedimento pretende-se a Elaboração de Estudos Hidrológicos e Hidráulicos.

#### **Âmbito dos Trabalhos:**

##### **Fase 1 – Trabalhos preliminares**

- ☐ Recolha de dados históricos ambientais
- ☐ Análise dos dados recebidos (Plantas, Topografia e ensaios geotécnicos, se houver)
- ☐ Preparação do modelo tridimensional do terreno
- ☐ Estudo da cobertura vegetal e artificial dos solos



- ☐ Estudo de mapas de solos

#### Fase 2 - Estudo hidrológico

- ☐ Definição da área das bacias hidrográficas, seus declives e comprimentos das linhas de água
- ☐ Recolha e análise dos dados históricos de precipitação, evapotranspiração e infiltração das bacias hidrográficas da zona e suas sub-bacias.
- ☐ Definição e escolha do modelo estatístico que melhor se adapta a esses dados das bacias hidrográficas de interesse, de modo a prever precipitações extremas nos períodos de retorno.
- ☐ Recolha de dados da cobertura dos solos (tipo de vegetação), impermeabilização e características gerais dos solos.
- ☐ Determinação dos caudais máximos de cheia das linhas de água em redor do aterro sanitário, pelo método do diagrama unitário (SCS) e respetivos hidrogramas, em cada um dos períodos de retorno (10, 25, 50 e 100 anos)

#### Fase 3 - Estudo hidráulico do escoamento

- ☐ Com base na topografia e dados a receber, elaborar um modelo digital tridimensional do terreno e zonas vizinhas, assim como das passagens hidráulicas existentes.
- ☐ Caracterização do leito das potenciais linhas de água, e seu comportamento hidráulico-morfológico
- ☐ Cálculo dos escoamentos e das velocidades com os caudais máximos estudados
- ☐ Determinação das áreas onde poderá existir possibilidade teórica da erosão do leito, causada pelas cheias
- ☐ Elaboração de mapas de inundação, que incluem mapas de profundidade e velocidades de escoamento em cheia, assim como cotas da superfície da água, para cada período de retorno.

#### **Condições de pagamento:**

- 25 % do valor aquando da adjudicação;
- 75% do valor após a entrega da fatura final;

O Presidente da Câmara

---

(Miguel Alexandre Silva Costa Santos Marques, Dr.)

